

O PEDAGOGO E OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS: CONHECENDO AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs) DE PARANAÍBA – MS

Simone Silveira dos Santos Simone Silveira dos Santos
(UEMS)

Lucélia Tavares Guimarães (UEMS)

RESUMO: Esta pesquisa visou investigar a atuação do Pedagogo em Organizações Não Governamentais, que desenvolvem projetos de educação não formal no contra turno escolar. Buscamos apresentar este campo de atuação e analisar como acontece essa prática pedagógica, bem como traçar um perfil profissional do pedagogo em ONGs. Realizamos a pesquisa em duas ONGs do município de Paranaíba – MS, sendo elas Legião da Boa Vontade (LBV) e Obras Sociais Jesus Consolador (OSJC). A pesquisa tem como suporte teórico alguns autores que discutem sobre práticas não formais de educação: Afonso (1989); Libâneo (2002); Gohn (1991; 2000; 2006; 2010; 2011). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 sujeitos, sendo 08 pedagogos ONGs participantes da pesquisa e 02 gestores das ONGs. Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo por meio da análise temática. A partir dos dados coletados na investigação, podemos perceber que a educação não formal ainda é um campo em formação, seu conceito assume diferentes nuances, a partir do contexto em que é analisado, bem como do momento histórico em que está situado. O espaço de atuação do pedagogo ampliou-se muito devido as novas exigências de mercado. A prática pedagógica desenvolvida nas ONGs visa a formação humanista do ser, estimulando o senso crítico, a cidadania, o engajamento social. Contudo, verificamos que as únicas formas de formação continuada que o educador participa são as que as próprias ONGs oferecem. Não existe uma definição de perfil profissional, porém, as entrevistadas acreditam que ter conhecimento teórico, didático e empatia são características fundamentais para atuar nesta área.

Palavras-chave: Pedagoga. ONGs. Paranaíba/MS.

Problema e Objetivos

Atualmente, os espaços de atuação para o pedagogo são diversos, não se restringindo mais ao ambiente escolar, porém, é preciso questionar, porque surgiram tantos espaços de atuação. Diante disso lançamos o seguinte questionamento que será utilizado como norte para a execução da pesquisa: Mediante as mudanças que vem acontecendo na sociedade atualmente, mais especificamente no mundo trabalho, que demandas que vem sendo feitas a atuação do pedagogo?

Para tanto, esta pesquisa tem como foco a atuação deste profissional em espaços não escolares como os projetos sociais desenvolvidos em Organizações Não Governamentais (ONGs) no Município de Paranaíba/MS.

O objetivo geral da pesquisa concentrou-se em estudar a atuação dos pedagogos em Organizações Não Governamentais. Para tanto, os objetivos específicos são:

- Verificar de que forma a ação pedagógica do Pedagogo nesses espaços de educação não formal vem acontecendo;
- Traçar um perfil profissional do pedagogo em Organizações Não Governamentais.

Introdução

A educação, cada vez mais, vem se tornando uma ferramenta de adequação, participação e ascensão dos indivíduos na sociedade que está o tempo todo passando por profundas transformações.

A globalização, as constantes transformações vivenciadas na era da informação, bem como as crises econômicas, trouxeram o trato a questão social para o primeiro plano, visto as consequências geradas pelo processo de exclusão social. Neste sentido, a educação também tornou-se parâmetro para o crescimento ou redução das desigualdades sociais (GOHN, 2011). E todas essas questões vem influenciando diretamente na profissionalização docente. Sabemos que atualmente a escola não é o único espaço em que o pedagogo desenvolve o seu trabalho, encontramos este profissional inserido em presídios, hospitais, empresas, fundações, museus, Organizações Não Governamentais, Organizações da Sociedade Civil, entre outros. Todos esses ambientes se configuram em espaços de Educação Não Formal.

Embasamento Teórico-Methodológico

Para estudar o referido tema, optou-se pela pesquisa qualitativa, que é entendida por Antônio Chizzotti (2006, p. 28) “[...] um termo genérico para designar pesquisas que, usando ou não, quantificações, pretende interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que elas falam e fazem”.

As ONGs que compõem a pesquisa são entidades da sociedade civil, sediadas no município de Paranaíba/MS, e são um exemplo das atuais relações entre Estado e sociedade civil, demarcando espaços de conscientização política, construção de práticas sociopolíticas, assim como a formulação e realização de projetos que visam equacionar problemas sociais, com suas características próprias, trajetórias e práticas.

Foram selecionadas 02 ONGs para compor a pesquisa, sendo elas: Legião da Boa Vontade (LBV) e Obras Sociais Jesus Consolador (OSJC).

Partimos para a consulta de livros, periódicos, pesquisando os autores que discutem essa temática, abordando suas diferentes concepções, bem como a pesquisa de artigos científicos que pudessem contribuir para o enriquecimento da pesquisa. E por fim, o levantamento de teses e dissertações a fim de conhecer o que se tem pesquisado sobre essa área. Teve como suporte teórico autores que problematizam esta questão, como: Bandão (2004); Ceroni (2006); Fernandes (1994); Garcia (2009); Gohn (2011, 2010, 2008, 2004, 2003, 2001, 1997); Libâneo (2002); Montaña (2008, 2003); Simson (2001); Trilla (1996).

Realizamos um levantamento de Teses e Dissertações para investigar o que já havia sido produzido sobre esta temática, encontramos 21 dissertações e 2 teses. Isso nos permitiu verificar que existe muito que se pesquisar na área da educação não formal a fim de compreender este campo de atuação que vem se consolidando cada vez mais no cenário nacional.

Utilizamos da pesquisa de campo para conhecer os espaços onde o pedagogo está inserido, a fim de conhecer a rotina, visto que esta técnica nos permite observar os fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, realizando a coleta de dados, a análise e interpretação destes, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. A partir do método dialético podemos investigar o fenômeno a partir das contradições que este apresenta, dialogando com a realidade concreta.

Recorremos a Gohn (1997), para compreender a trajetória histórica da Educação Não Formal, no Brasil. Para a autora, até a década de 1980, este tipo de educação tinha pouca importância, era vista apenas como uma extensão da escola com pouca influência na formulação de políticas

públicas. Contudo, a partir dos anos 1990, a Educação Não Formal começa a ganhar destaque – em virtude das mudanças econômicas ocorridas na sociedade sob a influência do projeto Neoliberal – a partir das novas necessidades educacionais fruto das exigências mercadológicas.

Para Brandão (2004, p.17), a educação “[...] abrange todos os processos de formação do indivíduo”. Processos estes que podem ocorrer nos mais variados ambientes sociais, caracterizando como educação, desse modo, não apenas os processos de ensino-aprendizagem que ocorrem dentro do ambiente escolar, mas, também, aqueles que ocorrem fora dele.

A educação, assim, se caracteriza como um processo contínuo que se desenvolve a todo o momento onde haja pessoas construindo conhecimentos em interação e inter-relação. Segundo o autor supracitado

[...] ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender - e - ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver. (BRANDÃO, 2004, p. 7).

O movimento da Educação Não Formal se deu por meio da existência de diferentes práticas que eram mediadas por relações educacionais, mas que não eram consideradas como educação por não obedecerem a uma série de requisitos formais, mas que, na prática estavam construindo diferentes modos de vivenciar e compreender o processo ensino-aprendizagem.

O espaço de educação formal é o espaço escolar, que está relacionado às Instituições Escolares da Educação Básica e do Ensino Superior, definidas na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Definido que espaço formal de Educação é um espaço escolar, é possível inferir que Espaço Não Formal é qualquer ambiente diferente da escola onde pode ocorrer uma ação educativa. Embora pareça simples, essa definição é complexa, pois existem diversos lugares não escolares. Todos os ambientes são espaços Não Formais de Educação? Há espaços não formais e informais de Educação? O que define cada um? Ambos são distintos? Da mesma forma que a discussão sobre as conceituações de Educação formal, Educação não formal e Educação informal está em aberto, a definição para espaço não formal também está. Conforme os pesquisadores forem

chegando a um consenso sobre essas questões, os conceitos poderão ser definidos, divulgados e utilizados de forma correta.

De acordo com Gohn (2008, p.134) entende-se por Educação Não Formal:

[...] aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres. Em hipótese nenhuma ela substitui ou compete com a educação formal ou escolar. Poderá ajudar na complementação desta, via programações específicas, articulando escola e comunidade educativa localizadas no território do entorno escolar. A educação não formal tem alguns de seus objetivos próximos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via a forma e espaço onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho, ou a participação em uma luta social contra as discriminações, por exemplo, a favor das diferenças culturais, entre outras. Resumidamente, podem ser inúmeros os objetivos da educação não formal como sendo: a) educação para a cidadania; b) educação para justiça social; c) educação para direitos (humanos, sociais, políticos e culturais etc.); d) educação para liberdade; e) educação para igualdade; f) educação para democracia; g) educação contra discriminação; h) educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais.

Sendo assim, as práticas educativas não formais são complementares as práticas escolares, ou seja, não visa concorrer com esta, mas sim, desenvolver práticas que favoreçam o desenvolvimento crítico e participativo do cidadão na sociedade. A Educação Não Formal se caracteriza pela intencionalidade de ensinar, prática desenvolvida por profissionais formados ou não (professores, monitores, educadores, tutores, etc). É uma ação estruturada, desenvolvida por indivíduos, grupos ou organizações que compreendem a necessidade de trabalhar os saberes que estão além dos bancos escolares, que visam atender as demandas de seus bairros ou comunidades.

Enquanto na educação informal prevalece os aprendizados e valores adquiridos de geração para geração, na educação não formal os aprendizados são construídos (o sujeito cria ou busca) a partir das necessidades coletivas, visando o desenvolvimento da cidadania, para que o indivíduo consiga não apenas interagir em sociedade, mas também intervir de forma crítica e política. (GOHN, 2010).

Sendo assim, na concepção da autora acima, favorece ao indivíduo o desenvolvimento crítico, politizado, no intuito que este saiba conviver em sociedade, ou seja, saiba ser ético, coerente e compreendendo seus direitos e deveres, mas também lutando por suas causas.

Metodologia da Pesquisa

Para responder aos objetivos da pesquisa, utilizamos como procedimentos da coleta de dados: aplicação de questionários e entrevistas com os pedagogos e com os gestores, análise de documentos e observação das atividades.

No momento da seleção das ONGs que seriam utilizadas como *locus* da pesquisa, para isso, listei as ONGs existente no município que ofereciam projetos de Educação Não Formal. Foram identificada 3 ONGs, sendo elas: Legião da Boa Vontade – LBV, Obras Sociais Jesus Consolador – OSJC e Lar Escola Joana D'Angelis. A partir disso já foi possível realizar o contato inicial com essas instituições a fim de verificar se as mesmas concordariam em participar da pesquisa.

Visitamos a ONG LBV e apresentamos a pesquisa para a Gerente, a mesma se prontificou a participar, colocando todo seu corpo docente à disposição para realizar as observações da rotina e entrevistas. Com a ONG OSJC o processo foi o mesmo e o retorno também, a Gestora sentiu-se lisonjeada por sua instituição poder participar de uma pesquisa científica, visto que isso também iria contribuir para o aperfeiçoamento profissional da instituição.

Já na ONG Lar Escola Joana D'Angelis não foi possível realizar nem a visita para apresentar a pesquisa, pois a instituição estava sofrendo uma reformulação de Diretoria e não poderia nos receber. Sendo assim, descartamos a participação desta ONG como um *locus* de pesquisa.

A análise e interpretação dos dados de uma pesquisa é o processo de formação de sentido que está além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que os sujeitos disseram e o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação dos significados. Estes

significados e entendimentos constituem a constatação do estudo. (FRANCO, 2008)

Para a organização dos dados coletados por meio das entrevistas, foi feita a opção pela Análise de Conteúdo – AC, que permite ao pesquisador fazer recortes importantes obtidos no universo da pesquisa de campo realizada. Foram selecionados para participar da pesquisa 8 pedagogas e 2 gestoras.

Resultados

Os primeiros dados são referentes aos sujeitos, seus perfis são: 100% do sexo feminino, 62,5% com idade superior a 30 anos, 100% cursaram Pedagogia. A maioria (62,5%) estudou na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS.

As entrevistas realizadas com os sujeitos tiveram seu alicerce na técnica de análise de conteúdo, por meio da análise temática, apresentada em três temas voltados para trajetória de formação e atuação do pedagogo no contexto da educação não formal.

As entrevistas realizadas sobre a primeira temática “trajetória de formação e atuação profissional” revelaram que as pedagogas à princípio buscam esses espaços de atuação para adquirir mais experiência, mas acabam se identificando e optando por continuar, devido a maior flexibilização existente quanto aos conteúdos que são trabalhados, quanto a maior proximidade que acabam adquirindo com o seu público-alvo e, principalmente, pela influência que exercem na transformação social do indivíduo.

Também podemos verificar que a formação inicial forneceu sim subsídios, mas ainda é preciso discutir muito esta temática nas universidades, a fim de não só identificar e caracterizar este campo de atuação, mas também refletir sobre as aprendizagens que proporcionam e os impactos que causa em nossa sociedade.

Em relação a segunda temática, “Perfil profissional e fatores que dificultam”, foi possível constatar que não existe a delimitação de um perfil para atuar na educação não formal e, para as entrevistadas, nem existe necessidade, visto que os conhecimentos que são necessários para atuar na

escola, também são fundamental para os espaços não formais. Neste sentido, a oferta de cursos de formação continuada com temáticas específicas para a atuação nos espaços não formais seria essencial, a fim de melhor subsidiar sua prática.

As dificuldades encontradas não são muito diferentes das que existem nos ambientes escolares, pois as crianças, em sua maioria, são as mesmas. Bem como as dificuldades referentes a espaço físico e materiais.

Apontaram para facilidades como a estreita comunicação que conseguem manter com a coordenação, a presença e atuação de assistentes sociais e psicólogas que auxiliam o educador a conciliar o conhecimento pedagógico, aliado ao conhecimento de mundo e da realidade social das crianças que são atendidas por estes programas, para que estes profissionais consigam fazer intervenções mais acertivas. Outro fator positivo para os pedagogos é o contato mais próximo com as crianças, a oportunidade de favorecer o desenvolvimento social e emocional delas.

Sobre o perfil profissional do pedagogo que atua nos espaços de educação não formal, os dados revelaram que ainda muita divergência se existe ou não um perfil para atuar nesses espaços. Em síntese, ficou claro que para as entrevistadas as características essenciais são: ter conhecimento didático; afeto e empatia para se relacionar bem com as crianças.

Os dados demonstraram também que para as ONGs não tem muita importância o educador ter formação em ensino superior, visto que para eles o conhecimento que é transmitido dentro de seus espaços são mais relevantes, pois o que importa é que este profissional se adeque a proposta pedagógica da instituição e construa sua prática a partir dos moldes por ela oferecidos. Por um lado isso demonstra a desvalorização da bagagem do profissional e, por outro, os perigos de não fornecer uma formação ampla, contextualizada, crítica, politizada. Daí a necessidade de que adotem referenciais teóricos e práticas educacionais que sejam críticas ao modelo neoliberal, para que este profissional consiga realmente capacitar os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. (GOHN, 2006).

Podemos verificar que as pedagogas que atuam na ONG LBV possui uma definição muito clara das atividades que são de sua responsabilidade, bem como um direcionamento de suas ações, o que limita seu espaço de

atuação. Não existe uma flexibilização de se repensar as oficinas que são propostas no programa que atuam, visto que são padronizadas e devem ser seguidas (desta forma, o pedagogo não ajuda a construir esse espaço, pois não é democrático). O educador possui espaço apenas para construir seu planejamento, desde que não fuja do que é característico de sua oficina. E esse "espaço" não significa autonomia. Desta forma, isso se apresenta como uma contradição, pois a ONG exige que em seu programa as oficinas desenvolvam nos indivíduos o senso crítico, a cidadania, o protagonismo. Entretanto, nas formações continuadas oferecidas pela ONG isso não é contemplado, seja por meio de estudos teóricos que permitam uma reflexão mais ampla, contextualizada e politizada dos problemas vivenciados e das estratégias educacionais mais adequadas.

Já na ONG OSJC existe a definição da função do pedagogo, mas não existe uma limitação aparente da sua atuação. Essa limitação vai aparecer na prática, pois a instituição é permeada pelas doutrinas da igreja Presbiteriana, e seus preceitos e valores são utilizados como base para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. E isso restringe o potencial crítico e autônomo do pedagogo, visto que o mesmo tem que se adequar a tais exigências.

Gohn (2006) elucida que, o que falta na educação não formal é:

Formação específica a educadores a partir da definição de seu papel e atividades a realizar; Definição de funções e objetivos de educação não formal; Sistematização das metodologias utilizadas no trabalho cotidiano; Construção de instrumentos metodológicos de avaliação e análise do trabalho realizado; Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho realizado; Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho de egressos que participaram de programas de educação não formal; Criação de metodologias e indicadores para estudo e análise de trabalhos da educação não formal em campos não sistematizados. Aprendizado gerados pela vontade do receptor.

Nas ONGs participantes da pesquisa podemos verificar a partir dos dados que, a definição do papel do pedagogo como educador e as atividades que são de sua responsabilidade são claros. Contudo, quanto a construção de metodologias que possibilitem a reflexão científica sobre as práticas desenvolvidas na educação não formal, a fim de consolidar o campo

de pesquisa, verificamos que precisa avançar, bem como a delimitação de temáticas voltadas para a formação sociopolítica deste profissional.

Em relação à estrutura pedagógica, percebemos que a falta de propostas que abordem o que é educação não formal e de seu processo educativo, aliada a falta de reflexão profissional (e oferta de formação continuada) sobre a prática desenvolvida nesses espaços, condiciona os educadores a uma prática mecanizada, ou seja, não existem estudos que visam discutir a repercussão de seu trabalho, os efeitos que causam nos indivíduos, a fim de cumprir os objetivos que são propostos nos projetos sociais em que atuam, ou seja, desenvolver a cidadania, contribuir para a emancipação humana.

Apesar das limitações existentes (financeira, espaço físico, violência), os educadores acreditam no trabalho que desenvolvem e buscam ser sempre o “agente de transformação” nesses espaços. De acordo com Libâneo (2002), o pedagogo é sim um profissional que perpassa por todas as esferas, seja informal, formal ou não formal e tem a capacidade de aplicar em seu trabalho todas as experiências adquiridas nesses ambientes, desde que se perceba como um agente de transformação, a partir de uma leitura crítica sobre a sociedade.

A pesquisa nos permitiu verificar que a inserção do pedagogo em ONGs a princípio se caracteriza como uma demanda de mercado, configurando-se também como um espaço preparatório para os profissionais recém-formados ou com pouca experiência. Mas também é apontado por estes profissionais como um espaço pedagógico flexível, que permite ao profissional desenvolver novas práticas pedagógicas e contar com o apoio técnico do coordenador pedagógico, do assistente social e do psicólogo na condução dos problemas sociais que emergem.

No quesito qualificação profissional, a pesquisa revelou que não existe interesse do município em oferecer formação continuada para esta área, visto que a atenção volta-se para a prática pedagógica que é desenvolvida em sala de aula, no ensino formal. E os cursos de formações desenvolvidos pelas ONGs não contemplam uma visão universalista, humanitária, crítica e política da nossa sociedade, bem como do campo de atuação em que estão inseridos. “Mas a qualificação não pode ser reduzida a um processo empírico-

experimentalista." (GOHN, 2008, p. 98) Ou seja, é preciso que, além de oferecer uma formação que permita uma visão crítica, que também haja espaço para o pedagogo possa refletir a prática pedagógica no cotidiano, a fim de sua atuação realmente torne-se transformadora.

Portanto, podemos concluir que ainda muito que se investigar neste campo de atuação que vem se consolidando em nosso país, visto que é um setor em construção e se constitui num espaço de mercado de trabalho para os profissionais.

Referências Bibliográficas

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. *Ação das ONGs no Brasil: perguntas e respostas*. 1998. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em: 18 Nov. 2012.

_____. *Cartilha Terceiro Setor*. 2. ed. São Paulo, SP: OABSP, 2007.

AFONSO, A. J. *A crise da escola e educação não escolar*. *Jornal a Página da Educação*, ano 11, nº 10, março de 2002, p. 27. Disponível em: <<http://www.a-pagina-da-educacao.pt/>> Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. *Sociologia da educação não escolar: reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática?* In: ESTEVES, J.; STOER, S. R. (Org.). *A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento*. Porto: Afrontamento, 1989.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/planodiretor1995.pdf>> Acesso em: 02 de jun. 2013.

BRESSER PEREIRA, L. C. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. *Lua Nova*, São Paulo, n.45, p. 49-95, 1998.

CERONI, M. R. *O perfil do pedagogo para atuação em espaços não escolares*. *Anais 1 Congresso Internacional Pedagogia Social* mar. 2006. Disponível em: <www.proceedings.acielo.br>. Acesso em: 17 maio 2013.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

COSTA, L. C. *O governo FHC e a Reforma do Estado Brasileiro*. *Pesquisa & Debate*. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia*

Política. ISSN 1806-9029 v. 11, n. 1(17) (2000). Disponível em:
<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11922/8632>
 Acesso em: 17 jan. 2014

DUARTE, J. L. N. O enfrentamento da questão social na contemporaneidade: a funcionalidade das ongs. In: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís, MA, 2007. Disponível em:
 <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/c87b61e8701505617a24Janaina.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

FERNANDES, R. C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1994.

FRANCO, M. L. P. B. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Vol. 14, nº 2, p. 3-11, abr./jun., 2000.

GARCIA, V. A. *A educação não formal como acontecimento*. Tese (Doutorado em Educação) p Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas SP, 2009. Disponível em:
 <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000469595>>
 Acesso em: 07 set. 2013

GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GOHN, M. G. M. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

_____. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

_____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

_____. Educação Não Formal na Pedagogia Social. Ano 1 Congr. Inter. *Pedagogia Social*, Mar. 2006. Disponível em:
 <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext> Acesso em: 13 maio 2014.

GOHN, M. G. M. A educação não formal e a relação da escola-comunidade. *Eccos*, São Paulo, V. 06, nº 2, p. 39-65, dez., 2004.

_____. *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

_____. *Os sem-terras, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo, SP: Cortez, 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2003. 572 p

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010.

KONDER, L. *O que é dialética*. 28. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.

LAKATOS, E. M. MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

LBV. *Programa Criança Futuro no Presente*. 2013.

_____. *Diretrizes Operacionais Técnicas*. 2014.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos para quê?* São Paulo, SP: Cortez, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: EPU, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo, SP: Centauros, 2002.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e a Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

_____. *O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor"*. *Revista Lutas Sociais*, v.08 jun., 2003.

Disponível em:

<http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf>

Acesso em: 18 nov. 2012.

NAVES, R. *Novas possibilidades para o exercício da cidadania*. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. 3 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2005.

PEREZ, D. *A formação de professores para organizações não governamentais – ongs*. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

Disponível em:

http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11841

Acesso em: 08 nov. 2013.

PERIOTTO, S. *Manual da pedagogia do afeto e pedagogia do cidadão ecumênico*. São Paulo, SP: Editora Elevação, 2009.

PINTO, C. R. J. *As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores*. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, V. 49, nº 3, 2006.

PRINCEPE, L. M. *Necessidades formativas de educadores que atuam em projetos de educação não formal*. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=201726> Acesso em: 03 de Setembro de 2013.

OSJC. *Plano de Ação*. 2013.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SIMSON, O. R. M. V.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (Org.). *Educação não formal: cenários de criação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória, 2001.

TRILLA, J. (Org.). *Educação formal e não formal: pontos e contrapontos*. São Paulo, SP: Summus, 1996.